

PROMOÇÃO AO ALEITAMENTO MATERNO NOS CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL EM MUNICÍPIO DO NOROESTE DO PARANÁ

MELO, Willian Augusto de¹

ZURITA, Robsmeire Calvo Melo ²

KIKUCHI, Rita de Cássia S. I³

SIQUEIRA, Paula Cristina S. Siqueira⁴

BERCINI⁵, Luciana Olga⁵

Introdução: A Organização Mundial da Saúde (OMS) recomenda o Aleitamento Materno (AM) exclusivo até os seis meses de vida e complementado com outros alimentos até dois anos ou mais. As vantagens do AM na redução da morbi-mortalidade por doenças infecciosas têm sido amplamente demonstradas e há evidências de que a complementação do leite materno com água ou chás, nos primeiros seis meses de vida, é desnecessária do ponto de vista biológico. A amamentação significa, também, menor custo para o sistema de saúde, mesmo em países onde a mortalidade infantil é baixa. As internações hospitalares de crianças alimentadas artificialmente ocorrem cinco vezes mais do que para as amamentadas exclusivas ou parcialmente¹. Apesar do amplo reconhecimento da importância do leite materno, na maioria dos países as taxas de amamentação exclusivas

ainda são baixas e a sua duração também é insatisfatória. Um estudo transversal realizado em Maringá em 2004, no período de campanha nacional de vacinação, observou-se que a prevalência de aleitamento materno exclusivo em crianças menores de quatro e seis meses, foi de 32,7% e 25,3%, respectivamente². Isto porque são inúmeras as vantagens do aleitamento materno tanto para mãe quanto para o bebê, sendo que estas vantagens estendem-se também à família e a comunidade. Uchimura et al³, realizou um estudo em 2003 com dois Centros de Educação Infantil de Maringá (CMEI) e concluiu que grande parte da população de mães necessita de orientações mais eficazes e práticas mais atuantes para estimular o aleitamento materno, prevenindo os agravos à saúde da criança na faixa etária onde há maior predisposição a riscos de morbidades. Uma pesquisa da Faculdade

1 Enfermeiro. Mestrando do Programa de Pós-graduação em Enfermagem da UEM – Universidade Estadual de Maringá. Professor do Departamento de Enfermagem PUCPR, campus Toledo. E-mail: profewill@yahoo.com.br

2 Enfermeira. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da UEM. Secretaria Municipal da Saúde-Auditoria. E-mail: robszurita@bol.com.br

3 Psicóloga. Presidente do Comitê de Aleitamento Materno de Maringá. Secretaria Municipal da Saúde. E-mail: coamar@maringa.pr.gov.br

4 Pediatra. Coordenadora da Saúde da Criança e Adolescente da Secretaria da Saúde de Maringá. E-mail: planeja@maringa.pr.gov.br

5 Enfermeira. Doutora em Enfermagem. Docente do Departamento de Enfermagem da UEM na área materno infantil. E-mail: lobercini@uem.br

de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (USP) realizada em 111 municípios do Estado de São Paulo, com 34.435 crianças mostrou que apenas 13,9% dos bebês de até seis meses são amamentados exclusivamente com leite materno. Os municípios com cinco ações de incentivo ao aleitamento materno têm índice de 22,4% das crianças amamentadas até o sexto mês de vida. Os municípios com quatro ações este índice cai para 21,5% e, com três ações, cai para 12,4%. Com a inexistência de programas, o índice fica 10,2%⁴. Verifica-se o ingresso cada vez mais precoce de bebês nos CMEI e profissionais que atuam nos berçários não preparados suficientemente para promover a manutenção do aleitamento materno. Proporcionar que mães lactantes levem para os CMEI o leite ordenhado e garantir que os bebês recebam este leite através de copinho, contribuirá para o aumento de bebês aleitados por seis meses ou mais^{4,5,6}. **Objetivo:** Aumentar a prevalência de aleitamento materno exclusivo em menores de seis meses nos CMEI evitando o desmame precoce em virtude do retorno ao trabalho da nutriz e/ou do ingresso de bebês com idade inferior a quatro ou seis meses. O projeto prevê atuação efetiva de apoio ao aleitamento materno, visando mudança de atitude e de cultura dos profissionais da educação frente à amamentação. Fornecer informações aos profissionais dos berçários dos CMEI em relação ao manejo do aleitamento materno. Promover uma integração mais efetiva entre a Unidade Básica de Saúde e os CMEI, no que se refere

à amamentação. Criar equipe de referência entre Unidade Básica de Saúde/Centro de Educação Infantil visando à manutenção da amamentação. **Metodologia:** Foi participativa e interativa com aulas expositivas, discussões em grupo, oficinas e dramatizações, permitindo ao participante construir o seu conhecimento a partir da reflexão e análise de sua prática assistencial em aleitamento materno. A capacitação constou com carga horária de doze horas, sendo oito horas teóricas e quatro horas práticas, realizada em duas turmas visando atingir todos servidores da área de berçário dos CMEI e agentes da Pastoral da Criança das paróquias próximas a estes centros. Cada curso teve média de trinta participantes, para que todos tivessem a oportunidade de interagir no processo de construção de conhecimento. As aulas teóricas foram realizadas no Auditório da Secretaria Municipal de Saúde e a aula prática nos próprios CMEI. **Resultados:** Participaram da capacitação teórica que foi finalizada em fevereiro de 2008, de forma interativa, 140 servidoras municipais. Concluída a capacitação, a Unidade Básica de Saúde (UBS) de referência do CMEI deverá designar uma equipe mínima (pediatra, enfermeira, auxiliar de enfermagem) que fará uma visita ao CMEI prestando assistência e orientação ao pessoal de berçário quanto à técnica do copinho ou com relação à alimentação complementar. O CMEI avisará a UBS de referência a cada ingresso de bebê que esteja sendo amamentado, através de um formulário próprio. O projeto teve como público alvo na capacitação:

um supervisor, um professor, um diretor e dois auxiliares de creche de cada unidade dos 53 CMEI. A parte prática da capacitação, sobre armazenamento adequado do leite materno e a técnica do copinho estão sendo realizadas, gradativamente dentro de cronograma previamente elaborado nos CMEI em parceria com as equipes de Saúde da Família das UBS de referência e Banco de Leite Humano de Maringá. **Conclusão:** A sensibilização alcançada dos profissionais contribuirá para o possível aumento de bebês aleitados por seis meses ou mais e que as mães sintam-se acolhidas nos CMEI em suas necessidades criando uma rede de apoio à família.

Palavras chave: Aleitamento materno; desmame; criança; humanização da assistência.

Área Temática: Rede Social

Referências

1. Faleiros JJ et al. **Avaliação do impacto de um programa de puericultura na promoção da amamentação exclusiva.** Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 2005 Mar-abr; 21 (2):482-489.
2. Bercini LO, Masukawa MLT, Martins MR, Labegalini MPC, Alves NB. **Práticas alimentares no primeiro ano de vida no município de Maringá, Paraná.** Anais do I
3. Uchimura TT, Uchimura NS, Furlan J, Oliveira C. **Aleitamento materno e alimentação complementar em crianças de duas creches de Maringá-PR.** Ciência, Cuidado e Saúde, Maringá, 2003 Jan-jun; 2(1): 25-30.
4. Venancio SI. **Determinantes individuais e contextuais do aleitamento materno exclusivo nos primeiros seis meses de vida em cento e onze municípios do estado de São Paulo.** [Tese]. São Paulo: Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo; 2002.
5. Vieira GO, Silva LR, Vieira T. **O. Alimentação infantil e morbidade por diarreia.** Jornal de Pediatria, Rio de Janeiro, 2003;79(5):449-454.
6. Almeida JAG, Novak FR. **Amamentação: um híbrido natureza-cultura.** Jornal de Pediatria, Rio de Janeiro, 2004 Nov; 80(5): 119-125. ISSN 0021-7557.